



## DA PARÁFRASE AO DESLIZAMENTO: SENTIDOS EM TORNO DE UMA GREVE MILITARIZADA

Aretuza Pereira dos Santos<sup>1</sup>

Ao analisar os dizeres que circulam na sociedade quando se instaura um dissídio entre os representantes do Estado e o Servidor Público Militar em estado de greve, compele-nos a observar, como os sentidos se constituem, como são formulados, como circulam e como os sentidos silenciados significam no jogo ideológico daquilo que não é dito mas faz sentido. Nesse ínterim, notamos que toda vez que é deflagrada uma greve da categoria da polícia militar, inicializa-se um crescente alvoroço em torno de discussões referente à PM *poder/dever* ou *não poder/dever* fazer greve, de *ser* ou *não ser* legal. Em meio ao alvoroço, acentua-se que nos embates ideológicos da luta de classes, o funcionamento da língua evidencia que os sentidos produzidos em torno de uma expressão, de uma palavra, de um pronunciamento em público etc. sofrem modificações a depender das posições sustentadas e implicadas em uma determinada conjuntura sócio-histórica. Desse modo, propomos discutir a maneira pela qual as tensões sociais entre os representantes governamentais e os militares-grevistas se processaram no campo da linguagem, no período compreendido entre 1981 e 2014. Assim, ao selecionarmos o *corpus* buscamos por pistas que aflorassem o entendimento de o porquê, como e sob quais condições os discursos em torno dos sentidos de greve são construídos a partir de ideologias que diferem quanto à possibilidade de os PMs participarem do exercício político, verificando de que forma a paráfrase, a polissemia e o deslizamento realçaram no discurso dos governantes a disputa pela (des) legitimação dos sentidos atribuídos ao direito de greve à categoria.

Enquanto prática de compreensão histórica dos processos semânticos, a Análise do Discurso de linha pecheuxiana - teoria que fundamenta esta pesquisa -, possibilita a compreensão de como as tensões sociais se processam no campo da linguagem. Conforme Orlandi (2009),

Todo o funcionamento da linguagem, se assenta na tensão entre processos parafrásticos e processos polissêmicos. Os processos parafrásticos são aqueles pelos quais em todo dizer há algo que se mantém, isto é, o dizível, a memória. A paráfrase representa assim o retorno ao mesmos espaços do dizer. Produzem-se diferentes formulações do mesmo dizer sedimentado. A paráfrase está ao lado da estabilização. Ao passo que, na polissemia, o que temos é o deslocamento, ruptura de processos de significação (ORLANDI, 2009, p.36).

Os discursos se constituem no tensionamento entre o retorno ao mesmo (retorno a algo já dito, que já tenha sentido) e o diferente (possibilita a ruptura). Para Orlandi (2009) “é no jogo entre a paráfrase e polissemia, entre o mesmo e o diferente, entre o já-dito e a se dizer que os sujeitos e os sentidos se movimentam, fazem seus percursos, (se) significam” (ORLANDI, 2009, p.36). Com efeito, ao percorrermos a historicidade dos movimentos reivindicatórios da PMBA, observamos o quanto a discursividade em torno das ações de militares-grevistas, ao longo de nossa conjuntura política,

---

<sup>1</sup> Mestre em Estudos de Linguagens (UNEB), Especialista em Gestão Educacional (UCB-RJ) e Licenciada em Letras Vernáculas (UEFS). E-mail: [aretuzap@yahoo.com.br](mailto:aretuzap@yahoo.com.br)



exemplificaram a variabilidade de sentidos que os representantes do governo estadual as atribuíram a depender do que lhes eram conveniente.

### **PARÁFRASE, POLISSEMIA, DESLIZAMENTO: DISPUTAS, TENSÕES E CONFLITOS**

No interior de uma luta de classes, a linguagem tem seu lugar representado constitutivamente por tensões e conflitos. Maurício Tragtenberg, ao prefaciar o livro de João Bernardo, teórico marxista, *Economia dos Conflitos Sociais*, comenta que

No processo da luta de classes, o capital tanto emprega a repressão quanto uma política de ceder limitadamente às reivindicações dos trabalhadores, como forma de se antecipar a futuros conflitos. A burguesia tanto recorre à exploração da mais-valia absoluta, quanto mantém uma ditadura autoritária que fecha os sindicatos impedindo o surgimento de profissionais da “negociação”, prende trabalhadores e fecha os canais políticos de participação social [...] essa não é a única técnica de manutenção da dominação e da exploração. A burguesia pode recorrer a mecanismos “participativos”, cedendo em parte às reivindicações operárias, porém antecipando-se a elas mediante o aumento da exploração do trabalho através da mais-valia relativa (TRAGTENBERG *apud* BERNARDO, 2009 [1991], p.4).

Nesse sentido, percebemos que ao ser instaurado um confronto, o explorador capitalista tanto pode reprimir de maneira declarada com prisões e interdições, como também pode ceder algumas reivindicações com limitações, restrições e ludibriações. Na ordem cronológica dos movimentos reivindicatórios ocorridos na Bahia<sup>2</sup>, constatamos que as ações empreendidas pelos representantes governamentais do turno obedeceram à determinadas regularidades independente de o partido político ser de direita ou de esquerda, bem como evidenciaram certa repetitividade de tensões, disputas e conflitos que não se limitaram apenas ao retorno da ordem do dizível, já-ditos, mas às práticas sociais dos papéis sociais daqueles que estão na posição de autoridade. Jacques Rancière, no livro *O Desentendimento: política e filosofia*, afirma: “as falas dos chefes ou dos magistrados, que negam aos operários o direito de greve, são uma confirmação desse direito, *já que* tais falas implicam uma não-comunidade, uma desigualdade que é impossível, contraditória” (RANCIÈRE, 1996, p. 64, grifos do autor).

Por questões técnicas, limitamo-nos aos movimentos de 1981, 2001 e 2012, haja vista ser uma amostra representativa de três conjunturas opostas e que aconteceram sob os ditames de um governo de direita e de esquerda respectivamente:

- Em 18 de março de 1981, a *Revista Veja* divulga uma notícia composta por duas imagens e uma pequena nota referente à prisão do então sindicalista Lula, ex-presidente do Brasil: “**A polícia é enquadrada**” e a subsequente informação “Uma greve da PM baiana esbarra na mão forte do governo de Magalhães: ele prendeu os oficiais que lideraram e colocou o Exército nas ruas”.

<sup>2</sup> Na Bahia houve 7 (sete) movimentos reivindicatórios entre 1981 e 2014, sendo que o de 1981 foi construído sob os ditames de uma Constituição Antigreve; os movimentos de 1992 e 1997 deflagrados numa conjuntura recém democratizada; e os de 2001, 2009, 2012 e 2014 todos deflagrados numa conjuntura democratizada, caracterizados por protestos com significativa capacidade de propagação, duração e desestabilização da ideologia dominante.



Figura 1 - Notícia da greve de oficiais em 1981- Revista Veja



Fonte: Revista Veja, 1981, p.20. Disponível em: < <http://veja.abril.com.br/acervodigital/home.aspx> >  
Acesso em: 05 ago. 2015.

Coronel Otto Freitas de Aguiar, 50 anos, **chefe do policiamento do interior e líder do movimento**, foi preso por trinta dias e será **enquadrado** em dois artigos da Lei de Segurança Nacional, reservados aquém 'promove paralisação de serviços definidos em como essenciais' e aos promotores de greves em serviços públicos (VEJA, 1981, p.20, grifos nossos).

No primeiro quadrante que compõe a imagem, posicionada do lado esquerdo, a cena de policiais do exército organizando o trânsito; no segundo, do lado direito, quadrangularmente posicionado, o retrato do coronel Otto, o oficial da PM que presidira a Assembleia, junto a informação de que houvera sido preso e enquadrado na Lei de Segurança Nacional, à qual é destinada a quem promove paralisação. O jogo polissêmico em torno do sintagma [**enquadrar**], ou seja, a figura geométrica do **quadrado**, a PM **enquadrada** e o policial **enquadrado**, remete a uma filiação de sentidos inscritos na memória social de que a polícia **enquadra** aqueles que cometem delitos, dito de outra maneira, a polícia encarcera os delinquentes em cela, isto é, pequeno cubículo com grades. O deslizamento no emprego sintagmático silencia a discursividade em relação ao que acontecia com aqueles que ousavam a desafiar o sistema, ou seja, eram enquadrados. O efeito de sentido de ameaça revelava a gravidade da situação do Brasil aos contraventores do regime, uma vez que “*até mesmo a polícia que quadra está sendo enquadrada*”. Todos que promovessem manifestações e lutassem por reformas operárias eram considerados contraventores e, ao *ousar desafiar* os governantes do regime civil-militar, situados à direita, esbarrariam *na mão forte* da força repressiva do Estado;

- Durante a greve de 2001, a *revista veja* publica uma reportagem em 18 de julho de 2001, explanando o posicionamento do sociólogo e coordenador do Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública da Universidade Federal de Minas Gerais, Cláudio Beato, após afirmar que “Greve de gente armada é coisa de **quadrilha**”. Na reportagem cotinha uma cena inovadora: policiais fardados, armados, encapuzados e de braços



cruzados. O título “A **anarquia** na greve da Polícia Militar”. O corpo da reportagem, “Pânico em Salvador: **A polícia promove a anarquia nas ruas** e a bandidagem aproveita enquanto o governador viaja para fazer política”. Com efeito, os sintagmas **quadriha** e **anarquia** evocam uma memória do dizer que entrelaça uma rede de sentidos que marcam o tensionamento em relação ao contraste promovido por agentes de segurança que deveriam manter a ordem. O dizer *A polícia promove a anarquia nas ruas* produz um efeito ideológico que ressignifica o caráter reivindicatório da ação dos militares em greve, deslizando para vários outros sentidos favoráveis e desfavoráveis, de acordo a formação discursiva de quem enuncia. Dessa forma, cabe citar o entendimento de Bethânia Mariani ao conceituar referencialidade “a referencialidade do ponto de vista discursivo é uma operação de base linguística que envolve mecanismos de substituição, construção de sinônimos e paráfrases de determinados pelo interdiscurso” (MARIANI, 1998, p118).

- Em 04 de fevereiro de 2012<sup>3</sup>, quarto dia de greve, sem avanços referentes às negociações, a imprensa começa a enfatizar os crimes, homicídios, assaltos, arrastões, arrombamentos, incêndios a lojas e a carros, cancelamentos de shows, transtornos à rotina da população mesmo com as tropas federais patrulhando. Diante dessas tensões, o governador convoca coletivamente a imprensa e declara que os “**policiais em greve em Salvador cometem crimes**”.

O governador da Bahia, Jaques Wagner (PT), disse em entrevista coletiva que **os policiais militares em greve cometeram crimes que estão acontecendo em Salvador** desde que a paralisação começou [...] O petista afirmou que **os grevistas estão promovendo "banho de sangue"** na cidade para amedrontar a população. [...] "Parte dos **crimes** pode ser parte da própria operação montada. [...] Parte disso é cometida por ordem dos **criminosos que se auto intitulam líderes do movimento**", afirmou. Ao negar que pretenda autorizar a invasão da Assembleia Legislativa, onde os grevistas estão acampados, Jaques Wagner **atribuiu as mortes a grevistas**. As pessoas estão falando em banho de sangue. Só se for de lá para cá, aliás, **algum banho de sangue já foi promovido por eles na cidade.**" O governador subiu o tom e disse que não vai se dobrar ao "**crime organizado**" e que não vai anistiar policiais envolvidos em atos de vandalismo. [...] "Não vejo como anistiar ou perdoar quem **cometeu crime de vandalismo ou de ameaça de morte**. Não tem acordo comigo", declarou Wagner, que completou: "**Não é possível que governadores sejam ameaçados por policiais com arma em punho**" (ROCHA & GUIBU, 2012, p.1, grifos nossos).

Através da repetição do sintagma [**crime**], o representante governamental em posição de autoridade, atribui aos PMs em greve a responsabilização pelo atos criminosos que ocorreram na cidade. Neste sentido, há um reforço ao discurso de criminalização das ações de militares-grevistas, uma vez que parafrasticamente conceituou o movimento de 2012 como *ações do crime organizado por rebelados contra a ordem e disciplina que tentavam coagir (forçar) as autoridades do estado a sucumbir (dominar-se, curvar-se, dobrar-se) ao movimento*. Vale destacar que dizeres que circulam sócio-historicamente, que nos são impostos pelo interdiscurso, afirmam que devemos evitar tudo que

<sup>3</sup> Iniciado em 31 de janeiro e finalizado em 11 de fevereiro de 2012.



tenha ligação com o mal, com o crime. Logo, criminalizar as ações reivindicatórias ou atribuir a causa de tantas ações condenáveis a uma instituição estigmatizada no momento de luta trabalhista, tende a conduzir a opinião pública para um apagamento da ingerência do representante (que não negociou nem tomou medidas para sanar a crise), bem como desqualificar o trabalhador em luta. Bethânia Mariani (1998) comenta que

As denominações significam, e do ponto de vista de uma análise podemos dizer que ela 'iluminam' a natureza das relações de força existentes numa formação social, ou, em outras palavras, tornam visíveis as disputas, as imposições, os silenciamentos etc., existentes entre a formação discursiva dominante e as demais. Elas materializam esse cruzamento de discursos no qual atuam os domínios da memória, da atualidade da antecipação (MARIANI, 1998, pp118-119).

Por conseguinte, ao designar, os sentidos produzidos organiza-se em torno do linguístico e do histórico-social cruzando as relações sociais em disputa. Desse modo, o governador petista ao declarar que os policiais em greve em Salvador cometem **crimes**, estão promovendo “banho de sangue” e os designam como **criminosos** que se auto intitulam líderes do movimento, utiliza-se de um conjunto parafrástico que irão significar com a finalidade de atingir o imaginário social, direcionando e ressignificando sentidos. Ao se excluir das responsabilidades perante a crise, ao evitar o diálogo, ao apontar culpados e ao desconstruir o ato reivindicatório, caracteriza o apagamento e/ou deslizamento do conflito a ser resolvido. Uma vez que suscita na memória social a relação da polícia militar com o crime, bem como o responsável pelos males acometidos na cidade. Notamos um deslizamento de sentido, um deslocamento que buscou atingir o imaginário da opinião pública para desconstrução do valor reivindicatório e do papel social da PM.

Eni Orlandi afirma que

Ao dizer, o sujeito significa em condições determinadas, impelido de um lado, pela língua e, de outro, pelo mundo, pela sua experiência, por fatos que reclamam sentidos, e também por sua memória discursiva, por um saber / poder/ dever dizer, em que os fatos fazem sentido por se inscreverem em formações discursivas que representam no discurso as injunções ideológicas (ORLANDI, 2009, p.53).

As contradições em torno dos dizeres (pode/ não pode, deve/não deve) são fatos constitutivos de toda formação discursiva sob a dominação de determinada formação ideológica e que remetem a filiações de sentidos inscritos em algum lugar na história social do país, os já-ditos da interpelação.

## CONSIDERAÇÕES

As ações empreendidas pelo governo da Bahia, em conjuntura ditatorial, recém-democratizada e estabilizada democraticamente, giraram em torno de dizeres e práticas reacionárias que buscaram negar o direito de greve à categoria, deslegitimando o caráter reivindicatório. Além de que a paráfrase, a polissemia e o deslizamento possibilitam uma maior visibilidade das disputas, imposições, silenciamentos, estratégias nas relações sociais, principalmente, trabalhista. Dentre os



resultados, evidenciamos o quanto nas lutas sociais os efeitos de sentidos construídos dialogicamente estão relacionados a tantos outros sentidos situados em um momento sócio-histórico, com reflexos na posição que o sujeito assume ao se constituir discursivamente; evidenciamos, também, que o jogo discursivo-ideológico construído em torno de dizeres que buscaram deslegitimar os sentidos atribuídos ao direito de greve contribuiu singularmente para dar visibilidade de como ocorre o imbricamento da língua com a história, indispensáveis à compreensão do processo de construção e produção de sentidos.

## REFERÊNCIAS

- BEATO, C. **Greve de gente armada é coisa de quadrilha**. [18 de julho de 2001]. Revista Veja: O Tamanho da Encrenca. Entrevista concedida a Leonardo Coutinho. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/acervodigital/home.aspx>>. Acesso em: 10 abr. 2014.
- BERNARDO, J. [1991]. **Economia dos Conflitos Sociais**. 2ª Edição. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- MARIANI, Bethânia. **O PCB e a imprensa: os comunistas no imaginário dos jornais (1922-1989)**. Rio de Janeiro: Revan, Campinas, SP: Unicamp, 1998.
- ORLANDI, E. P. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. Campinas: SP. Pontes, 2009.
- \_\_\_\_\_. **Paráfrase e Polissemia a fluidez nos limites do simbólico**. Campinas, SP: Pontes, 1998.
- PÊCHEUX, Michel & FUCHS, Catherine. **A propósito da Análise Automática do Discurso: atualizações e perspectivas [1975]**. Tradução Péricles Cunha. In: GADET, F. & HAK, T.(org). *Por uma análise automática do discurso: Uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas: Editora Unicamp, 2014 [1975].
- Ranciére, J. (1995). **O Desentendimento: política e filosofia**. Tradução de Ângela Leite Lopes. São Paulo: Editora 34, 1996.
- ROCHA, G. & GUIBU, F. **Governador diz que policiais em greve em Salvador cometem crimes**. Salvador, Jornal *Folha de São Paulo*: 04fev2012. Entrevista concedida a Graciliano Rocha e Fábio Guibu. Disponível em: <http://noticias.bol.uol.com.br/brasil/2012/02/04/governador-diz-que-policiaiscrime.jhtm>. Acesso em: 06 fev.2012.
- VEJA. **A polícia é enquadrada**. [18 de março de 1981] *Revista Veja*: A seca do século. Editora Abril, nº654, 1981. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/acervodigital/home.aspx>. Acesso em: 05 agosto 2015.